



# O IMPACTO NA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES TITULARES DO CARTÃO BOLSA FAMÍLIA

Ana Laura dos Santos Ribeiro (IE/UNICAMP); Dr. José Dari Krein (CESIT/IE); Dra. Marilane Oliveira Teixeira (CESIT/IE).

Financiamento: PIBIC/CNPq.

**Palavras-Chave:** PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, POLÍTICA PÚBLICA, MULHERES

## INTRODUÇÃO

O trabalho busca analisar qual o impacto do Programa Bolsa Família (PBF) na autonomia econômica das mulheres. Isso porque tal programa privilegia as mulheres como responsáveis pelo recebimento e administração do benefício, bem como do cumprimento das condicionalidades exigidas por ele. Tais condicionalidades são uma série de imposições atribuídas que visam contrapartidas nas áreas da educação e da saúde.

O PBF é um programa de transferência de renda condicionado criado em 2004 com o objetivo de combater à extrema-pobreza, à pobreza e à fome, bem como a promoção de segurança alimentar e de acesso a serviços públicos, em especial, os de saúde, educação e segurança. Para o Programa atingir estes objetivos é necessário que se faça uma abordagem sobre o conceito de pobreza e sua complexidade e como ele dialoga com a questão de gênero. Apesar do PBF não ser um programa que tem a equidade de gênero e a autonomia feminina como seus objetivos diretos, por ter condicionalidades impostas às mulheres através da titulação, é um programa que tem claro marcador de gênero (MARIANO, CARLOTO, 2009). Logo, o trabalho busca estabelecer de que forma o PBF irá agir na vida das beneficiárias, tendo em vista que segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) em 2008, 94% dos cartões são realizados em favor de mulheres.

## METODOLOGIA

Para a construção da pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico, o qual foi organizado a partir da discussão que está sendo problematizada por diferentes autoras, destacando os principais argumentos de cada uma delas. A pesquisa foi inicialmente dividida em três etapas: (1) revisão sobre a estrutura do PBF; (2) questões conceituais: gênero e pobreza; (3) debate sobre a titulação das mulheres no PBF. Porém, viu-se a necessidade de adicionar uma quarta parte relativa à extinção do PBF, em outubro de 2021, e a estrutura do novo programa de transferência de renda, o Programa Auxílio Brasil.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PBF existiu durante 18 anos no país e foi um dos principais causadores da redução da pobreza e extrema-pobreza. Logo, tendo em vista sua extensão e seu potencial poder de transformação, é importante entender se, de fato, vincular o cartão à mulher resulta em uma maior autonomia econômica, como estipulado pela própria política pública, ou se corrobora com a desigualdade de gênero ao reforçar a sobrecarga de trabalho domésticos e familiares atribuídos às titulares.

É importante reforçar que o debate trazido é feito de forma complementar e não excludente, pois trata-se de uma questão ambígua. Isso significa que é possível entender que, de fato, o programa trouxe uma série de possibilidades às beneficiárias, especialmente referentes ao aumento da qualidade de vida delas e de suas famílias, ao mesmo tempo que acentuou o papel da mulher como responsável pelos cuidados.

## CONCLUSÕES

A pesquisa feita por meio de uma revisão bibliográfica possibilitou trazer conclusões acerca de como a política do Programa Bolsa Família (PBF) impacta na autonomia econômica das mulheres titulares. Entende-se que o programa possibilitou o acesso a condições mínimas de uma população que historicamente foi excluída dos processos. Sendo assim, é importante reforçar o seu potencial transformador, promovendo um alívio imediato da pobreza e fome e o acompanhamento de atendimentos de serviços de saúde e educação. Além disso, o PBF quebrou paradigmas de uma visão estereotipada dos pobres.



Fig. 1: Logo do Programa Bolsa Família, 2015. Autor: Governo Federal.

Isso, contudo, não exclui o fato de que a política reforça os papéis de gêneros, o que torna mais difícil a superação das desigualdades. Ao atribuir às mulheres a obrigação pelo cumprimento das condicionalidades, naturaliza a sua condição como responsável pelos cuidados domésticos-familiares. Por conta disso, torna-se mais difícil que as mulheres sejam retidas no ambiente privado e não consigam ter acesso a espaços públicos, o que faz com que seja mantida a situação desigual. Assim, o PBF se utiliza de uma concepção de família atrelada à mulher, a qual é reduzida a figura materna. Dessa forma, apesar de terem condições econômicas que permitem se libertarem do estado de miséria, não se pode concluir que houve uma maior autonomia econômica, uma vez que as beneficiárias continuam reféns das tarefas reprodutivas e da subordinação feminina. Por conta disso, é importante que políticas sociais levem em conta a questão de gênero para a superação da situação de pobreza, dando meios para que as mulheres possam adentrar espaços que normalmente são privados delas. Isso precisa ser feito indo além da transferência de renda, que ainda que seja um fator de extrema importância, mas também é preciso outros aparatos públicos que possibilitem a conquista da autonomia feminina.

A partir do fim dos governos petistas em 2016 por um golpe de estado, há um dismantling de políticas públicas com enfoque social, o que se acentua de maneira mais grave com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. O ex-presidente é representante do neoliberalismo radical, o qual tem em seu histórico o desprezo pelas beneficiárias do Bolsa Família. Apesar disso, necessidades eleitorais e pandêmicas fizeram com que houvesse uma ampliação do programa, com o Auxílio Emergencial, que posteriormente se transformaria no programa Auxílio Brasil, o qual passa a substituir o Bolsa Família. Esta mudança, entretanto, não ocorre apenas de pela alteração do nome, mas pela desestruturação do que era considerado o melhor programa de transferência de renda do mundo, sendo marcada por duas principais consequências. A primeira é definição das condicionalidades, a qual é posta de forma crítica neste trabalho, mas entendendo que foi em grande medida responsável pela quebra do ciclo geracional da pobreza, aumento da escolaridade e melhora na saúde das pessoas integrantes da família beneficiária. A segunda trata-se da possibilidade de ganho com financeirização, posta pela medida de empréstimos consignados posta em agosto de 2022. Ademais, é importante ressaltar que houve uma corrupção nos cadastrados, por motivos eleitoreiros, o que aponta para o caráter arbitrário e personalista que o PBF buscava eliminar.

Entende-se, pois, que políticas públicas devem servir ao povo. O Estado não pode reduzir mulheres ao papel de mãe e dona de casa, transferindo o seu dever a estas. Ao contrário, o Estado deve se expandir a fim de promover o direito a uma vida digna a todos.

## BIBLIOGRAFIA

- CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. GÊNERO E COMBATE À POBREZA: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Revista Estudos Feministas. 2009.
- Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas. Ibase, 2008.
- Napp Desenvolvimento Social. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2022, Disponível em <<https://teoriaedebate.org.br/cadernos/mais-protecao-mais-desenvolvimento-social>>